

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 10584/2008**

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, no n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, e no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 127/2007, de 27 de Abril, é nomeada directora-adjunta do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL) do Ministério da Justiça, em comissão de serviço, a licenciada Sónia Maria Moreira Costa dos Santos Reis, possuidora de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao exercício das referidas funções.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 31 de Março de 2008.

28 de Março de 2008 — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Nota curricular

Sónia Maria Moreira Costa dos Santos Reis. Nascida a 6 de Outubro de 1974.

Concluiu a parte escolar do curso de Mestrado na área das Ciências Jurídico-Criminais.

Licenciada em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa com média final de 16 valores, no ano de 1999.

De 2006 (em diante), Assistente Estagiária na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, leccionando a disciplina de Direito Penal I.

Entre 2006 e 2008, Docente convidada nos cursos de formação do SIRP.

Entre 2006 e 2008, Docente convidada no curso de Promoção a Oficial Superior da Guarda Nacional Republicana, tendo dado aulas sobre segurança rodoviária.

Entre 2006 e 2007, Docente convidada no curso de Pós-Graduação e Mestrado sobre Direito e Segurança da Universidade Nova de Lisboa, tendo dado aulas sobre segurança rodoviária.

De Maio de 2005 (em diante), Assessora no Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), Dr. Júlio Pereira.

Entre 2005 e 2006, Assistente Estagiária na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo leccionado a disciplina de Direito Processual Penal.

Entre 2004-2005, Assistente Estagiária na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo leccionado as disciplinas de Direito dos Contratos, Direito Internacional Privado e Direito da Família e das Sucessões.

Entre 2002 e 2004, Docente convidada no curso de Pós-Graduação sobre contra-ordenações na Universidade Moderna (pólo de Setúbal), tendo dado aulas sobre contra-ordenações rodoviárias.

Entre 2002 e 2004, Assistente convidada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, tendo leccionado as disciplinas de Direito Penal I e Direito Processual Penal.

Entre 2001 e 2002, Assessora do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. Rui Carlos Pereira.

Entre 1999 e 2007, Assistente na Universidade Autónoma de Lisboa, tendo leccionado as disciplinas de Direito Penal I, Direito Processual Penal, Direitos Reais, Direito Internacional Público I e II e Direito Público Comparado.

Elaborou, no âmbito das funções exercidas no Gabinete do Senhor Secretário-Geral do SIRP, a Proposta de lei relativa à orgânica do Secretário-Geral do SIRP, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS), aprovada pela Assembleia da República (Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro).

Concluiu o estágio na Ordem dos Advogados em Outubro de 2004.

Integrou o Grupo de Trabalho que, sob a égide do Instituto Marítimo-Portuário, se debruçou sobre a necessidade de reforma legislativa do Código Penal e Disciplinar da Marinha Mercante.

Integrou o Grupo de Trabalho que procedeu à revisão do Código da Estrada (Decreto-Lei n.º 265A/2001 de 30 de Setembro), criado por Despacho do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna.

Elaborou, no âmbito das funções exercidas no Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, a Proposta de lei de alteração ao Código Penal em matéria de Segurança Rodoviária, aprovada pela Assembleia da República (Lei n.º 77/2001, de 13 de Julho).

Tem diversos textos publicados: em co-autoria, Regulamento de Transportes em Automóveis, Vislis Editores, 2007; em co-autoria, Código da Estrada Anotado, Vislis Editores, 2005; «Da Relevância do Segredo Profissional no Processo Penal», in Revista de Direito Penal, Vol. II, n.º 2, Ano 2003, Universidade Autónoma de Lisboa; em co-autoria, «Para Reforma do Direito Penal e Disciplinar da Marinha Mercante», in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vol. XLIII — n.º 1, Coimbra Editora, 2002. No prelo, O Sistema de Informações da República Portuguesa.

Direcção-Geral da Administração da Justiça**Despacho (extracto) n.º 10585/2008**

Por despacho de 19 de Março de 2008, do Subdirector-Geral da Administração da Justiça, por delegação da Directora-Geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 159 de 20.08.2007):

Pedro André Seixas de Deus Alves Martinho, Escrivão Auxiliar do Tribunal da Comarca de Vila Real — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Armamar;

Alcina Maria Fernandes Costa Maio, Escrivã Auxiliar do Tribunal da Comarca de Armamar — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Vila Real.

Aceitação: 2 dias

(Não carece de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Março de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida Esteves*.

Despacho (extracto) n.º 10586/2008

Por meu despacho, de 10 de Março 2008, por subdelegação, foram convertidas em definitivas, nos termos artigo 44.º n.º 1, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, as seguintes nomeações interinas efectuadas ao abrigo do artigo 43.º do mesmo dispositivo legal:

Adelino Paulo Simões Martins, Escrivão-Adjunto sem lugar de origem, exercendo interinamente funções de Escrivão de Direito, na 1.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal de Comarca de Vale de Cambra;

José Carlos Alves Pires Trigo, escrivão-adjunto sem lugar de origem, exercendo interinamente funções de Escrivão de Direito, na 1.ª Secção, do 2.º Juízo de Competência Especializada Cível do Tribunal de Comarca de Barcelos.

Luís Pedro Fernandes da Silva, Escrivão-Adjunto sem lugar de origem, exercendo interinamente funções de Escrivão de Direito, na 1.ª Secção, 1.º Juízo, do Tribunal de Comarca da Nazaré;

Maria Helena de Jesus Martins, Escrivã-Adjunta sem lugar de origem, exercendo interinamente funções de Escrivã de Direito, na 1.ª Secção, do 1.º Juízo do Tribunal Marítimo de Lisboa.

31 de Março de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho n.º 10587/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 6220/2008 (2.ª série) publicado no DR., 2.ª série, N.º 46, de 5 de Março de 2008, pág.9179, rectifica-se:

Onde se lê: António Manuel Gião dos Anjos Ratão, Escrivão Adjunto [...] 1º Juízo [...].

Deve ler-se: António Manuel Gião dos Anjos Ratão, Escrivão Adjunto [...] 3º Juízo [...].

Onde se lê: Fernando Jorge Ascensão Belém, Escrivão Adjunto [...] Especializada Cível [...].

Deve ler-se: Fernando Jorge Ascensão Belém, Escrivão Adjunto [...] Especializada Criminal [...].

1 de Abril de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 10588/2008

Por despacho do Subdirector-Geral de 31 de Março de 2008:

Manuel Alberto Alves de Oliveira, Secretário de Justiça do Tribunal da Comarca de Fafe — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca da Lousada;

José Luís Gonçalves de Almeida Dantas, Secretário de Justiça do Tribunal da Comarca da Lousada — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Fafe.

Aceitação: 2 dias

Não carece de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.

1 de Abril de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 10589/2008

A seguir se publica a lista do Movimento dos Oficiais de Justiça referente ao mês de Fevereiro de 2008, aprovado por despacho de 01.04.08, do Subdirector-Geral, por delegação:

Número: 20786 Hernâni Horácio Pinto Ferreira da Silva
Categoria: Secretário Justiça